

PARCERIA. Vereadores conheceram a estrutura do laboratório de DNA

Membros de CEI visitam a Ufal

KATHERINE COUTINHO
REPÓRTER

Após peritos criminais denunciarem à Comissão Especial de Inquérito (CEI) sobre a Violência em Maceió as dificuldades enfrentadas para realizar exames importantes na resolução de crimes, os vereadores Ricardo Barbosa, Marcelo Malta e o advogado e especialista em Segurança Pública Pedro Montenegro foram ao Laboratório de DNA Forense da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), ontem, saber porque a parceria entre a universidade e o governo para utilização da estrutura não vingou.

Segundo os peritos, muitas vezes os exames de DNA precisam ser feitos em outros Estados, pois aqui não há estrutura ade-

quada. O professor Luiz Antônio Ferreira da Silva, responsável pelo laboratório, explicou que nunca existiu um convênio entre o Estado e a Ufal para a utilização do local. Em 2011, houve uma parceria informal entre as partes, que não está mais ativa.

O laboratório possui um banco de dados on-line, com informações de pessoas desaparecidas, que foi idealizado pela própria Ufal e apresentado à Secretaria de Estado da Defesa Social (Seds), mas não houve alimentação dos dados por parte do órgão, o que impossibilitou o avanço do trabalho.

"Precisamos cruzar o DNA dos parentes para que, quando a pessoa for encontrada, viva ou morta, ela possa ser identificada com maior precisão e rapi-



Professor Luiz Antônio explica o funcionamento do laboratório

dez. Fizemos isso com 11 crianças, mas a Seds não nos passou mais informações para que o banco de dados fosse atualizado".

O laboratório existe desde 1997 e as informações do banco de dados podem ser acessadas de qualquer lugar, pela internet. "Suponhamos que um garoto foi sequestrado em Alagoas e, daqui a 20 anos, apareça um rapaz que conte a mesma história, mas precise confirmar de que se trata do mesmo caso. Os exames poderiam

ser feitos onde ele estiver e a análise comparada com as informações colhidas aqui, pela internet", exemplificou Luiz Antônio.

Enquanto isso, em Maceió, esses registros existem só para bens materiais, como veículos. O vereador Ricardo Barbosa, que preside a CEI, afirmou que, após a análise das informações colhidas, os vereadores irão se reunir e pensar em propostas de soluções a serem apresentadas aos poderes Legislativo e Executivo. ●